

## 5

### **Análise e discussão dos artigos de opinião**

Este capítulo examina e discute os nove artigos de opinião selecionados dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, seguindo o procedimento de análise do discurso adotado por Halliday (1994, p. XV-XVII) e mencionado no item 4.1. De acordo com esse procedimento, é feita a análise dos componentes linguísticos interpessoais presentes no discurso e a interpretação dos significados gerados a partir desses traços, bem como do ato argumentativo predominante no texto, se de convencimento e/ou de persuasão.

Além disso, o presente capítulo visa a responder às perguntas propostas à pesquisa, já mencionadas na Introdução: 1) como os autores de artigos de opinião utilizam recursos interpessoais para expressar e influenciar opiniões e pensamentos? 2) Como os autores desse gênero do discurso jornalístico utilizam os recursos interpessoais na argumentação visando à persuasão e/ou ao convencimento? 3) Como as estratégias de argumentação variam de acordo com o veículo jornalístico ou o autor do artigo de opinião? 4) Como são utilizados recursos valorativos para fins argumentativos em artigos de opinião?

#### **5.1**

#### **Os recursos linguísticos interpessoais nos textos**

A análise e discussão dos textos selecionados como *corpus* baseiam-se na evidência dos recursos linguísticos interpessoais depreendidos dos dois veículos de informação, relacionados a: Finitos Modais, Adjuntos de Modo, Metáfora Gramatical Interpessoal, Valoração, Modo oracional e elementos diversos da Modalidade. Os textos serão apresentados em pares, visando à análise de um mesmo recurso interpessoal em um artigo de opinião de cada jornal.

##### **5.1.1**

##### **Textos 1 e 2: Finitos Modais e Adjuntos de Modo**

Nos textos 1 e 2, analisados a seguir, serão enfocados alguns elementos da Modalidade.

**Texto 1:** *O grande pleito cívico***Autor:** João Ubaldo Ribeiro**Jornal:** O Globo, de 03/10/2010

Este artigo foi elaborado com base em um momento histórico particularmente importante para qualquer nação e vivenciado em nosso país no período de quatro em quatro anos: as eleições presidenciais, a que o articulista chamou *O grande pleito cívico*.

Observamos neste artigo uma presença significativa de elementos da Modalidade, principalmente aqueles que se referem aos Finitos Modais e Adjuntos de Modo.

Atualmente, acho que, para dias de eleição, o modelo mais em uso é o “Festa da Democracia”, mas não foi por saudosismo que preferi o pleito cívico, foi por causa do clima que percebo em torno. **Posso estar percebendo** mal, mas não vejo festa no ar, não vejo vibração, a não ser com pinta de falsificada, não vejo real empenho em ninguém, exceto nos candidatos.

O trecho grifado mostra o uso do operador Finito Modal *posso* junto ao Predicador *estar percebendo*. O uso de um Finito Modal, conforme ensinam Butt et al (1995, p. 81), indica que o escritor deseja modificar a força da proposição de uma polaridade definida para uma área intermediária, entre o *sim* e o *não*. Esse primeiro Finito Modal escolhido pelo articulista corresponde, em termos semânticos, a “possivelmente”, que revela um baixo grau de probabilidade (cf. capítulo 3). Sua intenção é expressar de maneira pouco determinada uma opinião sobre sua percepção do *clima em torno*, que, possivelmente, não está bom como deveria.

O uso de recursos modais possibilita ao escritor diferentes formas de intervir na comunicação, expressando atitudes e sinalizando julgamentos de vários tipos e, conseqüentemente, sua opinião, como ocorrido acima e conforme segue adiante:

Não sei por que isso acontece, não sei se alguém tem uma resposta satisfatória. Mas é fácil imaginar alguns tipos de eleitor, como, por exemplo, o de quem vai votar apenas porque é obrigatório. **Provavelmente**, o que está na cabeça dele é que, não importa em quem ele vote, vão continuar roubando e se locupletando do mesmo jeito, sem que ninguém jamais seja punido ou devolva o que furtou.

O termo grifado é um Adjunto de Modo que expressa probabilidade. No contexto em que se apresenta, e para construir cadeias argumentativas, o autor o utiliza para sugerir o que acredita estar na mente do eleitor: “não importa em quem ele vote, vão continuar roubando e se locupletando do mesmo jeito, sem que ninguém jamais seja punido ou devolva o que furtou.”

Abaixo, temos outro exemplo de Adjunto de Modo, antecedido de *parece haver*:

Às vezes, **não parece haver absolutamente** exceção alguma, para quem é alçado a um cargo de algum poder, no Brasil: o primeiro móvel de cada um está longe de ser o bem coletivo e ainda mais longe de ser o apego a uma ideologia ou ideal.

Nesse trecho, temos grifada a palavra *não*, indicando polaridade negativa e a expressão *parece haver*, composta por dois elementos: um Finito Modal e um Predicador. Esse Finito situa o posicionamento do escritor no discurso, que expressa seu pensamento quanto à forte suspeita de não haver exceção alguma para a má índole de quem tem algum cargo de poder no Brasil. O acréscimo do termo *absolutamente*, que corresponde a um Adjunto de Modo, escolhido linguisticamente para, aliado a palavra *não*, intensificar ainda mais o posicionamento do escritor e agir no direcionamento do discurso, enfatiza o lado negativo dos políticos. Simultaneamente, conforme indica a teoria da Valoração, funciona como uma forma de Amplificação, à medida que se preocupa com a gradação, com o grau do objeto avaliado que cresce ou decresce em uma escala (cf. capítulo 3).

Registramos ainda mais um exemplo de Adjunto de Modo, conforme a seguir:

Mostra a abundante experiência que a primeira motivação de cada um – e **talvez** a segunda, a terceira e a quarta – não é servir, é se servir.

Esse Adjunto expressa a possibilidade do ato de *se servir* constituir significativa motivação para as pessoas que têm algum cargo de poder no Brasil, embora o contrário, o ato de *servir*, devesse ser a motivação central. O item lexical *talvez*, no contexto acima, adquire o sentido de adição “mais”, assim criando um significado de “maior certeza” ao invés de dúvida, que é reforçado pela repetição das expressões ordinais, mostrando que todas as motivações dos políticos levam-nos a se servirem de seus cargos.

O somatório desses Adjuntos de Modo no texto possibilita que o escritor atue estrategicamente no direcionamento do discurso, pois o seu uso modifica o argumento da proposição por meio da opinião, contribuindo para o ato do convencimento.

O próximo fragmento corresponde a uma expressão de usualidade. Vejamos:

A propaganda na TV é uma sucessão grotesca e confusa de semblantes intercambiáveis, os partidos políticos há muito não querem dizer nada e são meras plataformas para o encaminhamento de interesses **quase sempre** subalternos, de que se troca lepidamente, diante de vantagens pessoais oferecidas por outras pessoas.

A expressão em destaque refere-se ao quão frequentemente algo é verdadeiro. Trata-se de um grau médio de usualidade, segundo Halliday (1994), observado na escala: às vezes/geralmente/sempre, equivalente ao segundo destes elementos, o termo geralmente (cf. item 3.1.3.3). Aponta, no contexto analisado, para os interesses dos partidos políticos, que geralmente (quase sempre) são subalternos e se trocam por vantagens. Essa Modalização é utilizada para compor a rede argumentativa do texto, contribuindo para a opinião sobre as eleições e, especificamente, neste caso, sobre os partidos políticos.

Analisemos outro recurso modal presente no artigo:

Antigamente, o Brasil precisava de reformas e se usava a expressão “reformas de base”. Nunca foram feitas, mas, de repente, parece que já foram todas realizadas, pois ninguém fala mais nelas. **Podemos não haver notado**, mas já **devemos ter feito**, sem ordem de importância, a reforma tributária, a administrativa, a penal, a judiciária, a política e assim por diante.

A primeira expressão grifada é composta pelo operador Finito Modal *podemos*, seguido do Predicador *haver notado*, com polaridade negativa. Observe-se, a começar pelo uso do Finito Modal, que este foi empregado para expressar, de forma indireta, o fato de possivelmente não havermos notado algumas reformas realizadas em diversas áreas no nosso país. Por corresponder semanticamente a “possivelmente”, trata-se de um baixo grau de probabilidade. Na verdade, o autor usou a expressão para ironicamente criticar uma situação de conformismo no Brasil, pois, segundo ele, a população não espelha insatisfação, não fala mais em reformas. Aliado a isso, adiciona outra expressão de probabilidade: *devemos ter feito*, também imprimindo valor semântico de “possivelmente”, para reforçar as expressões de polaridade negativa em oposição às de polaridade positiva no texto, traduzindo-se em um jogo de opostos (*podemos não haver notado X devemos ter feito*) e realçando a Modalidade expressa no discurso, a ironia e o descompasso entre o que deve ser feito e não é feito.

Outro elemento interpessoal modal de mesmo valor semântico, isto é, correspondente a “possivelmente”, utilizado para compor a cadeia argumentativa que ora se desdobra no texto, foi escrito em continuidade ao trecho analisado anteriormente:

Esta última, então, nem se fala porque ninguém acredita que o Congresso vá produzir leis que afetem seus privilégios. Pelo contrário, **deverá fortalecê-los**, para resistirem a possíveis futuros ataques.

Note-se que a expressão grifada, composta pelo Finito Modal *deverá* e seu respectivo Predicador, embora a princípio possa parecer uma expressão de obrigação, em uma análise mais acurada, demonstra seu real valor, o de probabilidade.

Em sua estratégia de formação de opinião, o autor do artigo utiliza mais um Finito Modal. Trata-se de uma sequência do fragmento antecedente:

Quanto às outras, iriam prejudicar aqueles que, no estado atual de coisas, estão se dando bem. Portanto, as famosas reformas **deverão continuar a ser mencionadas** conforme a necessidade e **esquecidas** conforme a tradição.

Eis outro exemplo de Finito Modal com o verbo *dever* expressando probabilidade. Tanto em *deverão continuar a ser mencionadas* quanto em (deverão continuar a ser) *esquecidas*, a expressão que se faz presente é a de um grau intermediário de probabilidade, novamente com sentido equivalente a “provavelmente”, apontando para a provável menção das reformas quando necessário, bem como seu provável esquecimento conforme tem sido a tradição, realçando uma vez mais a Modalidade pelo jogo de palavras opostas (mencionadas X esquecidas).

Essa sequência de escolhas linguísticas de graus intermediários de probabilidade pelo autor juntamente ao uso de Adjuntos de Modo imprime sutileza na expressão do julgamento de certeza, permitindo ao escritor direcionar o discurso e sinalizar sua opinião, revelando inclusive a natureza cumulativa dos significados interpessoais. Para Halliday (1994, p. 89), mesmo o uso de um alto valor modal é menos determinante que uma forma simples polar. Parece-nos que, no caso deste artigo de opinião, a recorrência à estratégia modal está relacionada a um grau de diplomacia por parte do escritor no cumprimento de sua atividade jornalística, talvez para evitar confrontar diretamente elites políticas e governamentais de nosso país ou mesmo para buscar manter uma postura ética requerida para o exercício de sua profissão. O autor escolhe, portanto, emitir suas opiniões de maneira não determinante, recorrendo à Modalização. É o que ocorre na próxima proposição em formato de uma pergunta:

E, na outra ponta do espectro, que eleitor se **pode imaginar**, saindo para a festa da democracia, neste que espero ser um belo domingo de sol primaveril?

Observemos, por outro lado, um caso de Modulação (cf. item 3.1.3.3), expressa por um comando no excerto a seguir:

Vai trocar o voto por dinheiro, por uma “colocação” ou emprego, por uma dentadura ou uma intervenção cirúrgica. Ou tem medo de que a bolsa família desapareça tão inexplicadamente quanto surgiu. Ou ainda, no que acredito ser a maior parte dos casos, **precisa continuar** em bons termos com os poderosos de sua área, de cuja boa vontade depende para obter o que a lei diz ser seu direito, mas a realidade mostra que é favor, dependente da generosidade desses poderosos.

Os elementos grifados compreendem, a nosso ver, um alto grau de obrigação do eleitor em cumprir algo, por expressar um valor igual ou muito semelhante a “requerido” na escala: permitido/suposto/requerido (ver item 3.1.3.3). Tal constatação pode ser percebida principalmente pela funcionalidade do operador Finito *precisa* em seu contexto de uso.

Vale lembrar que o nível de comprometimento do escritor aumenta ou diminui, dependendo do grau ou escala dos recursos modais utilizados. Conforme aumenta esse grau de engajamento, como é o caso em análise em que o autor sente-se à vontade para fazê-lo, talvez devido à sua independência jornalística ou de escritor consagrado, ele consegue intensificar a certeza quanto ao assunto tratado na proposição ou na proposta.

Identificamos neste artigo de opinião a recorrência de elementos da Modalidade no discurso, tanto de finitos modais, caracterizando valores de probabilidade e obrigação, principalmente os primeiros, quanto de adjuntos de modo, que contribuíram para o direcionamento do discurso e, ao se adicionarem, marcaram o texto pela busca da comprovação lógica da opinião do articulista na construção de cadeias argumentativas da fala à razão do outro, revelando uma consequente busca do convencimento.

**Texto 2: Arrebentou**

**Autor:** Fernando de Barros e Silva

**Jornal:** Folha de São Paulo, de 24/04/2010

Opinando sobre comentários de um político e possível candidato às eleições do ano de 2010, o autor deste artigo utiliza recursos interpessoais específicos que permitem sutileza na expressão do julgamento implícito de certeza e usualidade, bem como o direcionamento do discurso e sinalização de sua opinião, os Finitos Modais.

Após a transcrição de uma entrevista dada ao iG, o que, segundo o político entrevistado, deveria ter sido apenas uma conversa em *off* (cf. Anexos), o autor começa a expor sua opinião usando, já inicialmente, um Finito Modal:

**Pode-se tomar** suas palavras como uma explosão a mais, outro destempero de alguém que os coleciona. Essa é a interpretação mais cômoda para os aliados de Dilma diante do evidente desconforto.

Em proposições, como é o caso acima, um Finito Modal pode expressar probabilidade e usualidade (Halliday, 1994, p. 89). Vemos, na expressão grifada, o uso do Finito Modal *pode-se* seguido do Predicador *tomar*, onde o Finito expressa um baixo grau de probabilidade (do quanto provável é de se tomar suas palavras como uma explosão a mais) equivalente em termos semânticos a “possivelmente” dentro da escala possivelmente/provavelmente/certamente. A expressão de sua opinião por intermédio desse Finito Modal não é aleatória, pois é utilizada, como afirmam Butt et al (1995, p. 81), para modificar a força da proposição de uma polaridade definida para uma área “cinza”, entre o sim e o não, ou seja, para direcionar o discurso por meio de expressões implícitas de sua real opinião.

Nessa direção, o autor dá prosseguimento ao texto utilizando outros finitos, como é o caso dos que se encontram abaixo:

No surto de Ciro, porém, **parece haver** um recado político que vai além da sua agonia pessoal. O fio desencapado **pode estar expondo** os limites de um arranjo de poder que abriga interesses demais. Sua fala **seria** um aviso de que o amplo consórcio lulista passa a viver sob a ameaça de um curto-circuito.

Nas duas primeiras formas destacadas, com o Finito Modal *parece* seguido do Predicador *haver* e o Finito Modal *pode* seguido do Predicador *estar expondo*, há também a expressão de um baixo grau de probabilidade, correspondendo, assim, a “possivelmente”. Tais expressões fortalecem o direcionamento indefinido do discurso, certamente para evitar que o autor afirme sua certeza em relação aos interesses do político Ciro Gomes, não se comprometendo, assim, com qualquer opinião mais contundente no jornal em que atua e seguindo os preceitos do

discurso jornalístico que, por convenção, visa à objetividade, o que nem sempre ocorre, na prática (Amarante, 2009).

Na semântica da possibilidade, há ainda a evidência da fala do político, que *seria* um alerta de que acordos com aliados do presidente Lula estariam ameaçados. Há, aqui, a fusão do Finito futuro do pretérito com o Predicador *ser*, imprimindo no discurso uma equivalência semântica a “provavelmente”, isto é, provavelmente tais acordos podem estar ameaçados, não é algo que se possa afirmar.

O parágrafo que encerra o artigo revela explicitamente a opinião do articulista, pois ele deixa de usar a Modalidade para afirmar suas opiniões de forma mais direta, por intermédio de verbos no tempo presente. Segundo H. Weinrich (1964 *apud* KOCH, 2006a, p. 35), os verbos neste tempo trazem ao discurso um maior comprometimento e seriedade do escritor com o que é dito, imprimindo uma atitude tensa que afeta diretamente o leitor, por exigir dele uma reação, como se pode observar em:

Na boca de Ciro, a sugestão de que Dilma é “menos legítima, menos capaz, menos preparada” é um soco no estômago. Ela é música para os ouvidos do adversário do PT. Sim, Serra, aquele que “é mais feio por dentro do que por fora”.

A partir das afirmações acima expostas, com verbo no tempo presente e a ausência de elementos modais, demonstrados pelo operador Finito fundido a seu Predicador, resultando em *é*, o autor procura mostrar que a fala do político sugere críticas à candidata à presidência, Dilma, críticas essas que estimulam a rivalidade de seu adversário, Serra. Depreende-se daí que a intenção do articulista é apontar o fato de que a entrevista de Ciro não foi realizada despretensiosamente, e sim com um propósito bastante específico.

Este engajamento maior do escritor leva à exigência, mesmo que indireta, do leitor se posicionar, visto que em um texto escrito, como o artigo de opinião, não há a possibilidade de expressar sua resposta, senão através de alguma reflexão ou reação ao texto escrito. É esta a intenção do autor: direcionando o discurso das expressões indiretas para as afirmações que imprimem certeza, ele constrói algo no campo das ideias, a fim de que o leitor passe a pensar como ele. Tal construção

específica e intencional da fala à razão do outro atua na busca do ato do convencimento do leitor.

### 5.1.2

#### **Textos 3 e 4: Metáfora Gramatical Interpessoal**

Nos textos 3 e 4, analisados a seguir, será focado o uso da Metáfora Gramatical Interpessoal, sendo que no artigo *Teste nuclear* serão examinadas as realizações de tal recurso através das escolhas feitas em relação ao modo oracional, e no artigo *Zecamunista fecha com Dilma!*, através de expressões de modalidade.

**Texto 3:** *Teste nuclear*

**Autora:** Eliane Cantanhêde

**Jornal:** Folha de São Paulo, de 19/05/2010

O artigo de opinião *Teste nuclear* fundamenta-se em um tema que muita polêmica gerou em todo o mundo durante o ano de 2010. A decisão do Irã de construir ou não uma bomba atômica trouxe e ainda traz desconforto, preocupação e, principalmente, um grande temor às populações mundiais, inclusive a do Brasil, que teve seu presidente como participante do processo diplomático de convencer e persuadir o Irã da desistência de um ato como este.

Dentro da produção textual de um artigo com tal discussão e para os fins a que se destina nosso trabalho, verificamos importantes traços linguísticos interpessoais que nos chamam a atenção, pelo fato de levarem o público não somente a manter-se informado ou mesmo posicionar-se em relação ao presidente Lula nas suas relações internacionais, mas principalmente por buscarem a adesão do leitor à ideia-chave de o presidente pretender, por trás de suas tentativas de estabelecer uma solução pacífica para a questão, brigar com as grandes potências mundiais, para se *sentir* uma delas, conforme mencionou a autora (cf. Anexos, texto 3).

Os traços linguísticos enfocados na análise realizam a Metáfora Gramatical Interpessoal, que, como já discutido no capítulo referente à LSF e às Metafunções, especificamente a Interpessoal, relaciona-se a expressões de modalidade e modo oracional. Na construção argumentativa do artigo analisado

verificamos marcas textuais deste último, o modo oracional, mas não no texto em sua totalidade, apenas em alguns trechos específicos em que a autora usa um modo verbal interrogativo em lugar de outro que seria uma forma mais congruente.

Os três primeiros parágrafos que compõem a construção do artigo revelam os fatos sobre o teste nuclear explicitamente, por intermédio de declarações e, portanto, sem o uso de metáforas gramaticais de modo oracional, já que as informações são apresentadas na forma esperada, ou seja, no modo declarativo.

Apesar de o embaixador americano, Thomas Shannon, tentar passar panos quentes e dizer que não, a questão do Irã provocou um confronto direto e aberto entre Brasília e Washington.

Enquanto o presidente Lula, o chanceler Celso Amorim e o assessor Marco Aurélio Garcia tentam comemorar o acordo com o Irã e com a Turquia para a troca de urânio levemente enriquecido por combustível, o presidente Obama e a secretária de Estado, Hillary Clinton, mobilizam o Conselho de Segurança da ONU para ignorar o acordo e impor uma nova rodada de sanções ao regime iraniano.

O momento é de imensa tensão. Se os EUA conseguiram o apoio incondicional de França e Inglaterra, o Brasil ainda se esforça para impedir as sanções acionando os dois outros membros do Conselho: Rússia e China, que são considerados por Hillary como votos pró-sanções e por Amorim como votos contra elas. O mundo aguarda ansiosamente o posicionamento dos russos e chineses, diretamente, sem intermediários e interpretações.

A partir do quarto parágrafo, em continuidade à troca de informações, a autora optou por introduzir no texto perguntas dirigidas ao leitor, que, na verdade, não funcionam como perguntas convencionais, pois trazem consigo uma carga argumentativa que visa a levar o público a uma primeira reflexão sobre a questão nuclear. Nos trechos a seguir, a autora preferiu usar o modo interrogativo para criar diferentes efeitos de sentido.

Durma-se com um barulho desses, e em cima de um perigo nada desprezível: a decisão do Irã de construir, ou não, a bomba atômica. **Já imaginou um Kamenei e um Ahmadinejad com um artefato desses nas mãos?** Não apenas o Oriente Médio, mas todo o mundo estaria numa zona de risco incalculável.

Implicitamente esse modo interrogativo pode e deve ser interpretado como um imperativo: “Pense, reflita sobre isso, caro leitor! / Imagine algo como isso acontecendo realmente! / Sua vida pode estar em risco!” Portanto, constitui-se em uma pergunta que tem a função particular de expressar um tipo de oração pelo outro, usando assim uma forma menos congruente, ou seja, menos esperada do que outra. É, ainda, o que se pode verificar em outro trecho deste artigo:

O problema, como diz Hillary Clinton, está em duas questões não especificadas nos termos do acordo: a possibilidade de inspeções da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), ponto fundamental de segurança; e a declaração (**ameaça?**) de um ministro iraniano de que, com acordo ou sem acordo, o Irã continuará enriquecendo urânio a 20%. Ou seja, dando o dito pelo não dito e cristalizando a sensação de que o acordo é acessório, mas não elimina a ameaça de bomba.

A pergunta expressa pela palavra grifada entre parênteses (ameaça?) refere-se à declaração do ministro iraniano, visando a levar o leitor a uma investigação mais acurada do assunto. Afinal, uma declaração de que o Irã continuará com tal prática nuclear, havendo ou não um acordo, significa dizer que qualquer futuro acordo será desprovido de valor, o que leva o leitor a crer que realmente se trata de uma ameaça, não uma mera declaração do ministro. A pergunta foi elaborada de forma a despertar a atenção e uma reflexão do leitor, ou mesmo uma ação. Assim, podemos interpretar que a pergunta de fato tem força de imperativo (“reflita sobre este tópico”).

No parágrafo final, a autora resume, em poucas palavras, o ponto a que desejava chegar desde o início da discussão proposta em seu artigo. Após ter atualizado o público quanto às informações sobre os testes nucleares e alertado no tocante aos perigos que eles estão prestes a causar, a autora enfatiza a presença do

presidente brasileiro em tais relações diplomáticas internacionais, fechando o artigo com a última pergunta que está em destaque no exemplo abaixo:

O Brasil se meteu nessa pela ânsia de ocupar um lugar de liderança no cenário internacional e acabou batendo de frente com os Estados Unidos. **Será que o objetivo era brigar com os grandes para se sentir um deles?**

Neste caso, o modo interrogativo parece remeter a um imperativo, tal como “Pense nos atos do seu atual presidente, pois ele está ultrapassando certos limites”. Além de ter desapontado os americanos na ânsia por um prestígio internacional, segundo a autora, a ação do presidente revela uma tentativa de se comparar aos países de primeiro mundo. Ela procura conduzir o leitor a aderir a esse ponto de vista e o recurso linguístico utilizado para atingir seu objetivo é a dissimulação de sua opinião, por intermédio do modo oracional: a expressão de uma pergunta no lugar de um imperativo, substituindo um tipo de oração que poderia soar impositivo ao leitor (oração imperativa) por outro que o convida a participar (oração interrogativa).

A orientação argumentativa construída no artigo fundamentou-se basicamente na Metáfora Gramatical Interpessoal. A utilização de tal estratégia, expressando um modo interrogativo no lugar de um modo imperativo, pretende, além de levar o leitor a uma reflexão sobre os testes nucleares, atraí-lo para si, pelo compartilhamento com ele do mesmo ponto de vista. Afinal, a relevância do tema não se limita ao que é dito, mas como é dito, e a autora colocou suas perguntas em momentos-chave no texto, organizando a rede argumentativa de maneira a tornar sua tese bastante coerente. Cada questionamento ao leitor pretendeu falar sobretudo à sua emoção, na medida que foi abordado um assunto relacionado à existência humana, ao risco de vida. Os temores e as emoções puderam, assim, ser divididos com a autora, que buscou desenvolver a argumentação com base na persuasão de seu público. Podemos ver, portanto, que o desenrolar da cadeia argumentativa apoiou-se nas escolhas lexicogramaticais do autor, neste caso, realizadas através de variações do modo oracional que constituem Metáforas Gramaticais.

**Texto 4: Zecamunista fecha com Dilma!****Autor:** João Ubaldo Ribeiro**Jornal:** O Globo, de 19/09/2010

Como pôde ser visto em capítulos anteriores deste trabalho dissertativo, a interpessoalidade está diretamente relacionada à negociação e ao envolvimento (cf. item 3.1.3). O artigo de opinião que passa a ser analisado abaixo foi elaborado na forma de um diálogo informal entre duas personagens e o significado do texto vai sendo construído e negociado à medida que a argumentação de uma personagem encontra a da outra, de forma a propiciar um envolvimento do leitor com o assunto tratado no diálogo.

Neste artigo, percebe-se o predomínio da Metáfora Gramatical Interpessoal (cf. item 3.1.3.4), especificamente no que se refere a expressões de modalidade, no diálogo que conduz o discurso. Comprova isso a ocorrência, no texto, de oito expressões metafóricas *acho* e seus equivalentes semânticos, conforme discutido a seguir:

- E como é que vai indo o processo histórico?
- Vai indo, vai indo bem e **acho** que não há motivo para preocupação. Todo mundo está aderindo como sempre e me contaram que, em certos lugares, a procura por fichas de inscrição no PT é tanta que já pediram novas remessas de formulários e tem gente que, por via das dúvidas, se inscreveu em dois ou três municípios, o pessoal se garante. **Acho** que não precisamos temer a calamidade de dr. Serra se eleger.
- Calamidade? Também não é assim, Zeca, calamidade é muito forte, **acho** que nem na sua propaganda isso cola.

O primeiro registro da expressão *acho* extraído do fragmento acima indica uma opinião sobre probabilidade em relação à oração seguinte, de maneira indefinida. A oração referida pela expressão metafórica *que não há motivo para preocupação* diz respeito à situação política do partido PT junto ao eleitorado. Esse ambiente de indefinição faz com que, devido à opinião sobre tal preocupação não ter sido precisa, o leitor não necessite discordar dela; afinal, em um primeiro momento, para que o leitor precisaria se comprometer ou mesmo se preocupar com uma declaração imprecisa? O autor não escreveu de maneira direta, como

seria em: “Vai indo, vai indo bem e não há motivo para preocupação”, o que conduziria seu leitor a um posicionamento favorável ou não. Se o próprio articulista se posicionou de forma vaga, o leitor imagina ser desnecessário se posicionar nesse momento. Essa é uma das funções da Metáfora Gramatical Interpessoal: minimizar o fato de que o escritor está expressando sua opinião. (Halliday, 1994, p. 355)

Logo após, temos a segunda ocorrência em *Acho que não precisamos temer a calamidade de dr. Serra se eleger.*, mostrando um grau intermediário de probabilidade (cf. item 3.1.3.3) em relação à desnecessidade de temer a eleição do candidato oponente. Esse grau de probabilidade indica novamente uma indefinição sobre a opinião quanto a temer ou não o adversário, sem de fato afirmá-la. No lugar de expressar a opinião diretamente, afirmando ou negando sua proposição, o autor utiliza um grau intermediário de probabilidade para desfazer marcas explícitas de polaridade, não deixando explícito em seu discurso qual o seu posicionamento diante da questão.

Um processo semântico similar é usado na reiteração da expressão metafórica interpessoal, referindo-se à desnecessidade de se considerar uma *calamidade*, por meio da sequência *acho que nem na sua propaganda isso cola*. O julgamento contido neste trecho sinaliza para a perda da força da palavra *calamidade* quando esta se refere à preocupação com o candidato adversário Serra.

Note-se que tal interpretação somente é possível através da análise do discurso no nível lexicogramatical, pois cada escolha no nível semântico redundava numa dada realização no nível da lexicogramática. As escolhas são, dessa forma, determinadas pelos significados que o escritor quer veicular, bem como pelo contexto.

A funcionalidade expressa pela Metáfora Interpessoal nesse artigo, que se dá por expressões de modalidade, pode ser conferida em mais um trecho selecionado para análise:

- Não sei, talvez ele pudesse costurar algumas alianças.
- Entregando a rapadura! Entregando a rapadura inteiramente, e ainda tendo que encarar a oposição petista condenando tudo, até a bolsa família, se duvidar.
- **Acho** que você não tem razão, também não é assim.

Na ocorrência grifada, percebe-se que a situação da fala *Acho* no diálogo torna uma vez mais indefinida a opinião referente à oração subsequente. A imprecisão ocorre em relação à perda da razão por parte da outra personagem na sua declaração de que se o candidato oponente fosse eleito, teria que desistir de seus planos, render-se a possíveis aliados e ainda enfrentar seus opositores petistas. Há uma probabilidade de isso ocorrer, mas é algo que não é de fato afirmado ou negado pelo personagem que evita tomar posições categóricas.

O somatório dessas expressões metafóricas no texto, bem como seu consequente ambiente de indefinição de opinião, alia-se ao lançamento de argumentações que vão sendo construídas no discurso de modo a buscar interferir no pensamento do leitor, ainda que este já tenha algum posicionamento sobre o assunto político discutido no artigo. Trabalhando dessa forma, o autor delinea um trajeto em prol do convencimento de seu leitor, pois procura gerenciar a informação.

A próxima ocorrência da expressão metafórica merece um tratamento diferenciado, visto que lança a responsabilidade de *achar* para o outro, por meio de uma pergunta bastante singular. Observemos o trecho:

- E você **acha** que o pessoal do presidente não vai querer continuar mandando, não? Claro que vai querer. E a briga vai começar pelos assessores e puxa-sacos, pelos mais chegados a cada um.

Não se trata, como nos casos anteriores, da expressão *eu acho*, na primeira pessoa. Aqui, a expressão é utilizada para induzir a outra personagem – *você* (e implicitamente o leitor) a uma resposta desejada, mas amenizando o comprometimento do autor com a opinião exposta em seu texto.

Essa postura indireta expressa pela pergunta acima apresenta, em seu final, uma confirmação: *não?*, que aí se encontra para significar “É claro que o pessoal do presidente vai querer continuar mandando, você concorda comigo?” Tal

pergunta exige do leitor um comum acordo, uma resposta conivente com o posicionamento expresso pela personagem discursiva. O escritor deseja, assim, que seu leitor confirme sua estimativa de probabilidade. Aliado a isso, verifica-se que se segue, após a pergunta, mas complementando-a, uma resposta desejada, em forma de justificativa: *Claro que vai querer. E a briga vai começar pelos assessores e puxa-sacos, pelos mais chegados a cada um.* Este enunciado confirma a busca do escritor pela adesão à sua tese, através da demonstração e da comprovação, sustentando sua tentativa de convencer o leitor, ao atuar no plano das ideias e, conseqüentemente, da razão.

A declaração a seguir dá seqüência ao diálogo acima, em que mais uma resposta é apresentada para confirmar a continuidade do presidente Lula e seus parceiros no governo. Trata-se de uma referência à possibilidade de o presidente estar deixando clara esta continuidade:

– Mas o presidente vai mesmo continuar mandando, **acho** que ele até tem deixado isso bem claro para todo mundo.

Chegando ao fim, o diálogo apresenta ainda o seguinte registro:

Mas nem ele nem ela sabem de uma coisa básica. Nem ele sabe o que é ser ex-presidente, nem ela sabe o que é ser presidente. Eles **podem achar que sabem**. Se perguntarem, vão dizer que sabem. Mas não sabem.

Esta ocorrência mostra o Finito Modal *podem* precedendo a expressão metafórica *achar*. Tal escolha acrescenta ao discurso uma modificação da força da proposição pelo uso de um grau intermediário de probabilidade. O que o autor propõe permite a seguinte interpretação textual: o presidente Lula e a candidata à presidência Dilma podem até pensar que sabem de suas futuras posições quanto à presidência, caso ela venha a ser eleita, mas na verdade, não sabem. O autor usa a expressão *achar*, neste caso, como equivalente a “pensar”, diferentemente dos casos anteriores, mas fazendo permanecer a expressão da opinião de maneira indefinida.

A última manifestação de uma Metáfora Interpessoal indica, semelhantemente a outro caso já discutido nesta análise, o lançamento da responsabilidade da opinião para o outro, como pode ser observado a seguir:

Ele não sabe o que é amanhecer com todos os reflexos de presidente ativos, mas sem ser presidente. E não sabe o que é isso um dia depois do outro, não ser mais o cara, não estar todo dia no jornal e na TV, não ser ouvido nem cheirado a maior parte do tempo e viver sem plateia, logo ele. E ela não sabe o que é acordar presidente um dia depois do outro, não sabe o que é ver o mundo assim. No fim, eles não vão mais nem se cumprimentar.

– E aí você **acha** que o Serra vai poder ser presidente?

– Não, aí quem se candidata sou eu mesmo. É no sacrifício, mas estamos precisando de um governo de esquerda.

O enunciado que contém a expressão grifada é precedido pela indicação de que o presidente e a candidata à presidência não sabem do futuro que lhes espera, caso esta seja eleita. Dentro desse contexto, a pergunta elaborada *E aí você acha que o Serra vai poder ser presidente?* quebra em parte a expectativa esperada, para introduzir uma nova possibilidade ao direcionamento do discurso, visto mudar o foco de atenção do texto para o candidato adversário.

A pergunta é feita, a partir daí, pela transferência da responsabilidade ao outro pela opinião a ser expressa, buscando, assim, o posicionamento e o envolvimento do leitor. *Acha* refere-se à probabilidade de Serra poder ser eleito, já que seu oponente desconhece a situação futura que o espera. A elaboração dessa pergunta é intencional, afinal, já possui uma resposta: *Não*, mostrando, na verdade, o posicionamento do autor quanto a tal situação política no país atualmente.

O objetivo do autor nesse artigo foi promover argumentos e contra-argumentos, que demonstrassem gradativamente seu ponto de vista por meio de falas de personagens em um diálogo, e que conduzissem o leitor à compreensão do seu real posicionamento perante o momento político e histórico vivido pelo Brasil. Para isso, o autor recorreu a diversos recursos, destacando-se entre eles a Metáfora Gramatical Interpessoal, na troca de significados, que permitiu sutileza

na expressão da opinião, bem como o ato do convencimento, na fala também sutil à razão do outro.

### 5.1.3

#### Textos 5 e 6: Valoração

Os textos que seguem têm como foco de análise aspectos atitudinais da Valoração, relacionados à Apreciação, como é o caso do artigo *Impactos*, e ao Julgamento, como se pode observar em *Poleiros da Morte*.

#### Texto 5: *Impactos*

**Autor:** Luís Fernando Veríssimo

**Jornal:** O Globo, de 25/04/2010

Selecionamos para esta parte da análise um dos raros momentos em que um texto jornalístico não enfocou assunto ligado à política, em pleno ano de eleições presidenciais. O autor do artigo optou por falar de bandas e composições musicais que impactaram ou impactam, sob alguma circunstância, sua experiência nesta área, o que demonstra a independência do articulista em relação aos temas a serem tratados em sua coluna.

Para falar sobre o assunto, foi indispensável posicionar-se, relatando suas preferências musicais e, na busca da argumentação mais apropriada para o leitor aderir ao seu ponto de vista, utilizou a linguagem avaliativa<sup>11</sup>. Neste enfoque, percebemos a tentativa de envolver o leitor por intermédio de uma categoria de reação atitudinal específica, que se refere à função de avaliar esteticamente o objeto em análise, a Apreciação.

Como já tratado anteriormente (cf. capítulo 3), a Apreciação é o campo semântico da categoria da Atitude relacionado à preocupação estética (forma, aparência, composição ou impacto de objetos, processos e fenômenos naturais, situações e desempenhos), positiva ou negativa, com foco no objeto avaliado. É o que podemos observar neste artigo de opinião, já em seu início, conforme segue:

---

<sup>11</sup> Embora presente em outros artigos, como o texto 9, de João Ubaldo Ribeiro, este tipo de recurso interpessoal, para fins de análise, apenas será mais detalhado nos textos 5 e 6.

**Poucas coisas na vida são tão impactantes quanto uma grande orquestra tocando num espaço pequeno.** “Impactantes” é a palavra certa: o som da banda nos bate no peito, nos cerca por todos os lados e nos derruba, quase que literalmente.

No trecho grifado, o autor se refere ao impacto do objeto em análise, o grupo musical, utilizando para qualificar e se posicionar quanto a este a palavra *impactantes*. A opção pelo adjetivo se confirma na frase seguinte, onde o articulista assegura ter escolhido a palavra certa. A escolha lexical utilizada para expressar a opinião do escritor mostra não somente uma avaliação quanto ao objeto, mas também um posicionamento positivo de valor perante ele.

Continua sua avaliação no trecho abaixo, onde aprecia esse produto (musical) da ação humana:

**Uma boa banda é empolgante** em qualquer circunstância.

No próximo trecho, retrata e avalia sua experiência em ambientes musicais, apresentando-a como uma vivência inesquecível:

Quando a circunstância é um bar onde o som não tem para onde ir a não ser pelos seus ouvidos, diretamente para suas entranhas, **a experiência é inesquecível.**

A oração em destaque corresponde a uma Apreciação da experiência, que, neste caso, aponta para uma preocupação estética positiva com a situação em análise.

Analisemos outro excerto:

Tudo isso para contar que tive uma sensação parecida há poucos dias ouvindo a banda Mantiqueira no bar Tom Jazz, em São Paulo. A orquestra, com suas treze figuras, ocupava quase metade do espaço do bar, sem contar o mezanino. **Música brasileira de primeira qualidade**, feita por virtuosos brasileiros, liderados pelo legendário Proveta no sax alto e clarinete, autor, também, da maioria dos arranjos. Casa lotada e entusiasmada. Ao primeiro ataque da banda só não caí da cadeira, nem metaforicamente, por falta de espaço. **Fantástico.**

Aqui, o autor refere-se à música tocada pela orquestra como sendo de primeira qualidade, além de atribuir o *ataque da banda* (sua primeira apresentação) como fantástico. Apesar de uma aproximação à semântica do Julgamento, trata-se da Apreciação, visto que a avaliação é feita em referência a um produto do trabalho humano, e não a um comportamento próprio de um ser humano. Depreende-se, ainda, nitidamente, um foco no objeto avaliado, pois se avaliou positivamente a música, que constitui o centro da análise nesse excerto.

Embora constitua uma Apreciação, o trecho que segue aproxima-se ainda mais do Julgamento, haja vista se referir diretamente à voz e ao piano dos integrantes em uma apresentação musical, além da beleza da atriz Patrícia Pillar:

**Outra experiência inesquecível** em São Paulo foi ouvir a Mônica Salmasso cantando num teatro com o André Mehmari. Só os dois, voz e piano. **Uma das melhores vozes e um dos melhores pianos que você pode ouvir em qualquer lugar do mundo. E um repertório perfeito**, que incluía o “Senhorinha”, do Guinga e do Paulo César Pinheiro, **como se sabe a coisa mais bonita feita no Brasil depois da Patrícia Pillar.**

O autor inicia esta sequência de Apreciações retratando de forma positiva outra experiência musical, atribuindo-a o caráter de inesquecível. Em seguida, retrata o desempenho dos artistas na voz e no piano como os melhores que se pode ouvir em qualquer lugar do mundo, além de seu repertório, como perfeito. Ao final, avalia bastante positivamente dois objetos de análise simultaneamente: complementa que tal repertório é a coisa mais bonita feita no Brasil, depois da atriz Patrícia Pillar, levantando, dessa forma, uma preocupação estética com o desempenho (em relação ao repertório) e com a aparência (em relação à Patrícia Pillar). Importante se faz destacar que a Valoração considera todo o texto como unidade de análise, não estando restrita ao léxico, o que possibilita as interpretações aqui mencionadas.

Note-se que ao utilizar recursos atitudinais, como é o caso das Apreciações feitas neste artigo, o autor constrói no texto uma predisposição à solidariedade com seu leitor, de modo a captá-lo a dividir sentimentos e compartilhar pontos de vista, contribuindo para uma adesão à sua tese argumentativa.

A seleção e organização dos itens lexicais e de estruturas gramaticais ao longo do texto também favoreceram inquestionavelmente para a argumentação tecida no discurso, pois o enunciador compôs a rede textual de modo a deixar marcas constantes de seu estilo musical e experiência pessoal e tentar, dessa forma, falar à emoção do outro. Foi procurando gerenciar de maneira positiva o relacionamento interpessoal com seu leitor que o articulista fez prevalecer, portanto, a busca pelo ato persuasivo neste artigo.

Falar à emoção dos leitores de um jornal, imprimindo e dividindo sentimentos, não se revela habitual no contexto jornalístico. Entretanto, Luiz Fernando Veríssimo, talvez devido à sua independência como articulista e como escritor, assim como escolheu um tema pouco usual – a música – para ser abordado em um contexto político efervescente – as eleições –, também escolheu uma linguagem – avaliativa – pouco usual no discurso jornalístico, e dentro da cadeia argumentativa, acolheu também o caminho menos usual – a persuasão. Todas essas quebras ou usos pouco frequentes fazem deste artigo de opinião um texto muito eficaz dentro de seus propósitos.

**Texto 6:** *Poleiros da Morte*

**Autor:** Ruy Castro

**Jornal:** Folha de São Paulo, de 09/04/2010

Utilizando um acontecimento recente à ocasião em que foi escrito, o artigo de opinião aqui analisado traz ao público um assunto que podemos afirmar tratar-se de uma denúncia político-social. À medida que o escritor, por intermédio de seu ponto de vista, levanta os problemas causados pelas chuvas, ocorridos com moradores de morros na cidade do Rio de Janeiro, apresenta sugestões do que poderia ser feito para solucionar ou ao menos amenizar a situação vivida por esses cidadãos.

Tendo um leque variado de opções a adotar no sistema linguístico, o autor escolheu, para este artigo, acionar recursos que retratassem uma crítica ao comportamento das autoridades simultaneamente a uma respectiva solução para cada uma. Essa escolha está diretamente relacionada a um posicionamento de valor quanto ao objeto em análise (cf. Valoração, capítulo 3), além de, no nosso entendimento, compreender uma avaliação tanto negativa quanto positiva, por

constituir uma crítica às autoridades ao mesmo tempo em que propõe uma solução para esse problema social.

No texto em tela, o autor utilizou o campo semântico do Julgamento para manifestar sua visão de aceitabilidade social perante um comportamento humano. Os recursos utilizados pelo autor, tanto em seu posicionamento negativo quanto no positivo, possuem forte caráter argumentativo, por construírem no texto mais que um julgamento ou uma crítica, mas uma forma de estabelecer cumplicidade com o leitor, a fim de encorajá-lo a também atuar criticamente.

No parágrafo que inicia o artigo, constatamos o primeiro sinal de Julgamento na construção da cadeia argumentativa:

**O rastro de dor deixado pelas chuvas deveria levar o Rio à solução do problema das moradias em áreas de risco imediato:** a retirada de 100% dos habitantes dessas áreas e, enquanto não se constroem as casas populares, sua transferência para os milhares de imóveis sem uso na cidade, pertencentes à prefeitura, ao Estado e à União.

O enunciado em destaque é construído de maneira implícita, já que nas entrelinhas do texto percebe-se que *o rastro de dor* (o problema) *deveria levar o Rio* (as autoridades relacionadas à cidade do Rio de Janeiro) *à solução do problema* (a agir de um determinado modo). Isso nos revela um Julgamento de como deveria ser o comportamento dos governantes. Há, assim, um primeiro posicionamento de valor diante da situação das pessoas que moram em áreas de risco, suas necessidades imediatas e dependentes das autoridades políticas, bem como uma respectiva solução: a transferência desses moradores para imóveis sem uso na cidade.

Ressalta-se que a Valoração não está apenas em alguns itens lexicais, podendo ser realizada por estruturas mais longas e complexas (como orações e períodos). Na verdade, ela está em todo o texto, que é a sua unidade de análise.

Após utilizar uma série de argumentos para comprovar que sua sugestão é conveniente e eficaz, o autor reforça, sem apontar culpados diretamente, a necessidade de se tomarem medidas para impedir que outras mortes aconteçam:

A ocupação dos morros é irreversível, mas **as pessoas não podem morar em poleiros sujeitos a deslizar rumo à morte, com barranco e tudo.**

Em todo o texto o autor procura argumentar no sentido de abordar os diversos motivos que justifiquem a transferência dos moradores dos morros cariocas para imóveis desocupados pertencentes à prefeitura, ao Estado ou à União, ato este que pode e deve ser feito pelas autoridades, segundo o articulista. Apesar de não mencionar explicitamente, o autor clama por providências do governo, deixando marcas da necessidade de retirar os moradores das áreas de risco, a fim de evitar maiores desastres, demonstrando uma visão de como deveria ser o comportamento dos governantes relativamente ao sistema de normas sociais.

Mais um dos argumentos propostos pelo autor encontra-se no trecho abaixo:

Assim como se sabe da existência de 10 mil moradias em risco, **deve haver um levantamento de imóveis públicos subutilizados ou fechados no Centro da cidade, que poderiam receber famílias de forma permanente pagando aluguéis simbólicos.** O próprio Centro sairia ganhando, com a recuperação desses velhos casarões e sobrados e com a fixação de famílias numa área confortavelmente próxima da zona sul, com todos os equipamentos para voltar a ser residencial.

Aqui, vemos em destaque um momento em que o autor traz novamente ao discurso uma proposta de solucionar o problema dos moradores de áreas de risco, e que representa igualmente uma forma de posicionar-se, imprimindo um Julgamento quanto ao comportamento e à atitude que deveriam ter as autoridades relacionadas à questão. Ao mencionar que *se sabe da existência de 10 mil moradias em risco e deve haver um levantamento de imóveis...*, o autor faz referência ao comportamento que as autoridades deveriam ter. À medida que estabelece um Julgamento negativo dessas autoridades, por saberem da existência do problema e não tomarem medidas, como a de levantar os imóveis públicos subutilizados ou fechados para atender os que deles necessitam com urgência, aponta um Julgamento positivo ao sugerir uma forma de resolver a situação.

No parágrafo que finaliza o artigo, o autor opta por encerrar o assunto deixando clara a sua opinião quanto ao comportamento dos governantes, anteriormente abordada de forma mais implícita:

Há, sim, o dinheiro para isso. Viria de várias fontes, inclusive particulares. **E melhor ainda se os valores que Lula sempre anuncia nessas ocasiões se materializassem. O normal é ele prometer 10, liberar 3 e fazer de conta que bravatas compensam pelos 7 restantes.**

Após ter construído seus argumentos ao longo do texto, nesse fechamento, o articulista alerta que há condições financeiras para se tomar as medidas sugeridas por ele. Seu julgamento final em relação às autoridades recai diretamente sobre o presidente Lula e, para isso, o articulista relembra que, em ocasiões semelhantes a essa, o presidente não tem o costume de concretizar suas promessas. Dessa forma, posiciona-se negativamente quanto ao comportamento de Lula, intencionando levar o leitor a um determinado tipo de conclusão, em detrimento de outras, julgando Lula como uma autoridade não comprometida com suas responsabilidades.

Em conformidade com sua posição argumentativa, o autor levantou problemas e suas respectivas propostas de solução, buscando estabelecer constante cumplicidade com seu leitor, trazendo-o para si, a fim de encorajá-lo a posicionar-se e atuar criticamente e conseqüentemente desenvolver um ponto de vista enquanto sujeito social.

Recursos atitudinais, como é o caso do Julgamento adotado no decorrer do texto, demonstram uma predisposição do escritor em ser solidário com seu leitor, pois este é convidado a dividir seus sentimentos e avaliações com o escritor, além de envolvido pelo compartilhamento de um mesmo ponto de vista, atuando o articulista, principalmente nos aspectos sociais do texto, na fala à emoção de seu leitor, viabilizando, assim, a construção do processo argumentativo pela busca da persuasão.

Além disso, nota-se uma estratégia linguística que se move de um espaço discursivo implícito (na introdução e no desenvolvimento) para um explícito (na conclusão), bem como da crítica política à solução social, que representam dualidades trabalhadas no texto de forma a atuar no aspecto racional do leitor,

procurando mostrar que há um sentido, uma lógica em tudo o que foi argumentado, visando ao convencimento do público-leitor.

A denúncia da realidade dos moradores de áreas de risco e da necessidade urgente de providências para solucionar o problema constitui uma estratégia discursiva para sensibilizar o leitor quanto ao aspecto humano e social da questão, em que o próprio leitor desempenha papel de sujeito. Essa sensibilização atua no campo da emoção, constituindo uma busca do autor pelo ato persuasivo. Todavia, constata-se em todo o texto uma preocupação em se estabelecer um encadeamento bastante coerente de ideias em que à situação-problema fosse proposta uma imediata solução, constituindo uma fala à razão do outro, uma busca pela arte de convencer. Neste artigo, entendemos, portanto, que o convencer e o persuadir atuaram juntos e equivalentemente na construção do ato de argumentar.

#### **5.1.4** **Textos 7 e 8: Modo oracional**

A análise realizada nesses dois textos enfatiza os significados gerados pelos aspectos linguísticos relacionados ao Modo, que, quando desestruturados, alteram as expectativas de argumentação ou discussão pelo leitor do texto.

**Texto 7:** *Nós, obsoletos*  
**Autor:** Luís Fernando Veríssimo  
**Jornal:** O Globo, de 26/09/2010

A importância do Modo na estrutura da oração como troca é apontada por Halliday (1994, p. 77): “O Modo tem a função semântica de portar a carga da oração como um evento interativo”. Como sabemos, o Modo é composto de Sujeito e Finito, e a relação destes dois elementos é crucial para a criação da discussão e da argumentatividade no discurso.

Tendo tal relevância para um trabalho que envolve a interpessoalidade, não poderíamos deixar de incluir em nossa análise uma característica da proposição que a torna ou não discutível: a relação Sujeito-Finito – o Modo. Uma característica que nos chama a atenção e que mencionamos no item 3.1.3 é justamente a relação do verbo e de seu Sujeito que, quando inexistente, torna

impossível a argumentação. Para que ela exista, o verbo necessita estar amarrado ao seu Sujeito. É da ausência dessa relação e de suas consequências que trataremos no artigo de opinião a ser analisado a seguir.

No entanto, o que verificamos em quase todos os artigos pesquisados foi a baixa frequência dessa desestruturação do Modo. Alguns dos elementos linguísticos estudados neste trabalho dissertativo podem ser encontrados com maior ou menor frequência, o que acreditamos depender de uma série de fatores presentes nos artigos de opinião, como o tipo de jornal ou o estilo do articulista; o assunto tratado; ou mesmo o contexto social, cultural, econômico e político que compõem o ambiente da cidade, do estado ou do país em que o artigo é escrito. Certamente a baixa ocorrência da desestruturação do Modo, constatada no texto 7, tem um significado e isso será discutido no decorrer desta análise.

Enfocando a volta da utilização do disco de vinil e inserindo este assunto nos dias atuais, o autor do artigo em análise posiciona-se favoravelmente ao uso deste antigo suporte musical, elogiando minuciosamente suas características. Adiciona a isso a valorização que devemos dar a algumas de nossas posturas mais tradicionais no que tange à tecnologia, enquanto capazes de suprir satisfatoriamente nossas necessidades.

Observemos o primeiro excerto:

Faltavam o poc da sujeira no disco e o crec-crec do arranhão. Dizem que já se chegou ao cúmulo de **acrescentar** um chiado em gravações em CD, para **simular** o ruído de uma agulha lavrando um sulco inexistente. Não sei.

Como já mencionado anteriormente, para haver argumentação, o Finito necessita estar amarrado ao seu Sujeito. Pela análise dos dois Predicadores destacados acima, podemos constatar a ausência da relação desses com um Sujeito, pela sua forma nominal no Infinitivo Impessoal. Tal fato caracteriza uma impossibilidade de discutir, de questionar o assunto tratado, pois não é sabido quem é o responsável por cada uma das ações expressas pelos Predicadores – o Sujeito –, bem como não é possível identificar o julgamento das obrigações e probabilidades do falante em relação à informação que é trocada na proposição. Trata-se de orações não finitas e sem um Sujeito correspondente, passando o texto a ser considerado inquestionável, uma eficaz estratégia discursiva escolhida pelo

autor para levar seu público-leitor a aderir à sua tese, já que não tem outro caminho a trilhar, tendo sido a negociação inviabilizada pelo discurso.

Entendemos ser este um forte artifício rumo à construção do ato de convencimento, haja vista o gerenciamento da informação, que se dá junto ao leitor, de forma a construir algo no campo das ideias.

A próxima e última ocorrência dessa distinta característica do Modo pode ser verificada a seguir:

É só nos **explicarem** algumas coisas. O que quer dizer a tecla “Num Lock” no computador, por exemplo?

Novamente, temos a ocorrência de um Predicador sem um Sujeito que realize algo sobre a proposição. Quanto a isso, dizem-nos Butt et al (1995, p. 81) que “é a relação Sujeito-Finito, o Modo, que permite a discussão”. Portanto, temos um caso em que a proposição tornou-se indiscutível, pela maneira como o escritor estabeleceu a escolha discursiva: baseando-se na ausência da relação Sujeito-Finito.

Ainda segundo os autores a ausência dessa relação pode ser observada, em sua forma mais básica, em verbos no Infinitivo – como foram alguns dos exemplos extraídos aqui –, assim como em verbos no Gerúndio e no Particípio, quando “não abertos a debate nem a argumento ou amarrados a um relacionamento com o aqui e agora”. (Idem, p. 80)

Constata-se, no entanto, que poucas foram as ocorrências dessa desestruturação do Modo nos artigos de opinião selecionados para análise, o que, ao nosso entender, está relacionado ao gênero textual escolhido como *corpus*, em que os autores possuem relativa liberdade em se colocar e deixar claro que é seu o ponto de vista exposto, usando, por vezes, a primeira pessoa, não necessitando, com frequência, recorrer a outras fontes quanto à responsabilidade dos seus argumentos.

Como já abordado no item 3.1.3, na Metafunção Interpessoal o sistema é utilizado para negociação e expressa nosso desejo de influenciar atitudes e comportamentos do outro. Uma das estratégias discursivas que o escritor pode utilizar para esse fim é a retirada de alguns elementos que compõem o Modo para dar um novo sentido ao enunciado. Se o escritor optou por estruturar dessa forma

seu texto, entendemos que foi para levar o leitor a um tipo de conclusão, em detrimento de outras.

Tal procedimento de análise gramatical aqui realizado permite-nos verificar a tamanha habilidade linguística deste escritor na busca por estratégias eficazes na criação da argumentação e raramente encontradas em gêneros textuais como o artigo de opinião, revelando a experiência dele, através do uso de certos recursos de linguagem interpessoais, a que poucos autores recorrem ao comporem seus textos de opinião.

Ao utilizar essa estratégia a partir do Modo, a intenção do escritor foi, por fim, eliminar a possibilidade de o leitor argumentar determinadas proposições do texto, buscando intervir na formação de ideias de seu público, e a manobra argumentativa utilizada, desfazendo a relação que constitui o Modo, permitiu gerenciar a informação de modo a levar o leitor a pensar como o autor, na busca, portanto, do ato de convencimento.

**Texto 8:** *O bico*

**Autora:** Eliane Cantanhêde

**Jornal:** Folha de São Paulo, de 29/12/2010

O artigo de opinião é um gênero textual que traz a interpretação do autor acerca de um tema variado. Conforme bem define Costa (2008, p. 34), “a estrutura composicional desse tipo de texto varia bastante”. Alguns artigos acompanham canonicamente a estrutura: tese inicial (na Introdução); argumentação/refutação (no Desenvolvimento); e Conclusão. Por outro lado, há textos em que se desenvolve uma opinião sobre o assunto, explícita ou implicitamente, sem seguir necessariamente uma estrutura sistematicamente constituída.

Assim como varia a estrutura composicional, pode variar da mesma forma e não raramente a funcionalidade dos recursos linguísticos utilizados para o alcance do propósito final do articulista junto ao seu leitor. Afinal, como sabemos, a Linguística Sistêmico-Funcional considera a linguagem como uma rede aberta de sistemas; abrangendo as diversas funções que se encontram incorporadas na gramática e todas as respectivas estruturas que objetivam expressar, de alguma forma, um significado; além de ser a linguagem usada para a criação de significados que se formam a partir de escolhas.

Visto que a criação de significados específicos se dá através de escolhas, é fácil percebermos então a variação dos recursos linguísticos utilizados, como é o caso da encontrada nos artigos de opinião aqui trabalhados, de duas fontes jornalísticas distintas, cada qual com seu leque de redatores de opinião. O artigo que trouxemos para a presente análise utilizou como um dos recursos para a construção de significados específicos uma desestruturação do Modo, que tem como seus constituintes o Sujeito e o Finito. Contudo, assim como o texto 7, este foi um dos poucos artigos em que identificamos essa ocorrência como estratégia de adesão do leitor à tese apresentada, o que nos alerta quanto a uma característica peculiar dos artigos de opinião: o ponto de vista do autor é expresso claramente como o seu, e não de outros, não havendo necessidade, se bem articulada a sua escolha discursiva, de recorrer a outras autoridades no assunto para a responsabilidade de sua própria interpretação do tema abordado.

De acordo com Butt et al (1995, p. 81), para haver argumentação, o verbo precisa estar amarrado ao seu Sujeito. Se há a desconstrução dessa relação, a oração passa a ser, além de não finita, indiscutível, não aberta à discussão. O artigo selecionado para ilustrarmos essa característica do Modo trata de questões ligadas à segurança, principalmente à da cidade do Rio de Janeiro, que se tornou um tema polêmico e altamente divulgado na mídia no final do ano de 2010. O sistema de folga de policiais militares da cidade veio adicionar mais um tempero à polêmica, por possibilitar o trabalho desses profissionais também na iniciativa privada, emergindo o termo popular “bico”, presente no título do artigo.

A primeira ocorrência em que podemos observar uma desestruturação do Modo, no sentido aqui abordado, encontra-se no trecho abaixo:

Mas essa é uma guerra que está longe de ser vencida e é preciso **ir** adiante, **melhorar** os sistemas, **sofisticar** o adestramento dos efetivos policiais e militares.

Apesar de complementarem a expressão *é preciso*, os verbos destacados no Infinitivo *ir*, *melhorar* e *sofisticar* não possuem ligação a um Sujeito. Não se sabe, assim, quem realiza algo sobre a proposição, nem se pode identificar o julgamento das obrigações e probabilidades do falante em relação à informação trocada na informação. Consequentemente, não se pode questionar essa informação do ato comunicativo. É possível subentender que o Sujeito poderia ser

o governo, mas em qual esfera? Além disso, em que situação de tempo, obrigação ou probabilidade se deu a interação? Como não se têm respostas precisas a tais perguntas, não é possível questionar os fatos apresentados no discurso.

Podemos observar outro exemplo dessa estratégia no discurso:

A partir de agora, darão segurança extra para as Prefeituras. É ou não **legalizar** o “bico”?

O verbo *legalizar* no Infinitivo, dentro do contexto social em que se apresenta, parece referir-se ao governo em sua esfera estadual, mas também poderia ser uma referência a outra esfera que tornaria esse um ato legal, como o Poder Legislativo. Não há como ter certeza do Sujeito dessa oração não finita. Trata-se de mais um caso em que a discussão não é permitida, pela ausência da estrutura do Modo.

Observemos outra ocorrência:

Veja que a polícia já endurece na Rocinha às vésperas do Reveillon e da posse de Dilma em Brasília e a de Cabral para o segundo mandato no Rio. **Chamar** o Exército para a Rocinha também parece uma questão de tempo.

Verifica-se o verbo *chamar* na sua forma infinitiva sem ligação a um Sujeito e a respectiva impossibilidade de argumentação por parte do leitor. Afinal, quem chamaria o Exército? Poderia ser o governo federal, por exemplo. Por outro lado, também poderia ser o governo estadual pedindo ajuda, chamando o Exército para reforçar a segurança. Certo é que sem a relação Sujeito-Finito, que constitui o Modo, a negociação passa a inexistir e, portanto, o que a autora afirmou passa a ser algo cristalizado e inquestionável. Não podemos descartar, ainda nesse contexto, a possibilidade de a autora ter construído assim sua argumentação, com o propósito de não se comprometer com a opinião expressa, tratando-se, dessa forma, da manifestação de um estilo individual ou, menos possivelmente, de uma ideologia do próprio jornal para o qual redige.

Pudemos notar que a desconstrução do Modo, que em sua estrutura tem um Sujeito (grupo nominal) ligado a um Finito (elemento constituinte do grupo verbal), foi utilizada como estratégia discursiva pela autora deste artigo, a fim de

dar ao discurso um novo sentido. Seu propósito foi tornar os enunciados indiscutíveis, inquestionáveis, no que se refere ao aspecto interacional da troca de informações entre a escritora e seu público, dando, assim, mais força à sua própria argumentação. No entanto, pode-se notar também uma série de questionamentos que o leitor mais atento irá se fazer e que estão relacionados à indefinição dos significados gerados no aspecto ideacional.

A argumentação construída, por intermédio dos componentes linguísticos interpessoais ligados ao Modo, buscou atuação no plano das ideias do leitor, pelo somatório de apreensões semânticas de fala à sua razão, na tentativa de fazê-lo pensar como a autora, constituindo, portanto, uma busca pelo ato de convencer.

### 5.1.5

#### **Texto 9: Modalidade, Finito, Adjunto de Modo, Metáfora Gramatical Interpessoal e Valoração**

Esta última análise busca abranger diversos aspectos linguísticos interpessoais discutidos no aporte teórico constante do item 3.1.3. Para esse fim, examinamos o artigo *A conspiração da imprensa*, que demonstrou, por intermédio da experiência e da habilidade de um dos melhores articulistas de nosso país, João Ubaldo Ribeiro, uma forma de evidenciar as relações estabelecidas pelos componentes funcionais que se encontram, em maior ou menor escala, presentes nos artigos de opinião. Por conta dessa peculiaridade abrangente, chamamos o artigo de “Silver Text”, conforme proposta adotada por Halliday (1994, p. 368-391) para uma análise desse tipo.

#### **Texto 9: *A conspiração da imprensa***

**Autor:** João Ubaldo Ribeiro

**Jornal:** O Globo, de 26/09/2010

A análise que se inicia tem como objetivo abarcar a maioria dos recursos interpessoais analisados anteriormente em um só texto, com ênfase nos elementos da Modalidade, mostrando que eles podem ser usados em conjunto, para criar efeitos de envolvimento e/ou posicionamento no discurso. Ao mesmo tempo, a análise mostra como o autor tece a cadeia argumentativa de modo a construí-la e reconstruí-la para sustentá-la mediante as escolhas linguísticas que faz. O

articulista busca a realização do propósito persuasivo desde as primeiras escolhas lexicais, contidas já no primeiro parágrafo de seu artigo de opinião:

**Acho** que já contei aqui que, sempre que se fala em conspiração da imprensa, **recalques antigos despertam no meu coração de jornalista.**

A primeira expressão grifada na proposição, marcada pela junção do Finito no presente do indicativo com o Predicador do verbo *achar*, resultando em *Acho* incide na orientação do leitor quanto à validade da informação que se refere a um grau médio (Eggins, 2004, p. 174-175) de probabilidade, pois corresponde a um valor semântico de “provavelmente”, Modalização que envolve inclusive a Metáfora Gramatical.

O uso dessa metáfora no texto, mais conhecida como Metáfora Interpessoal, compreende uma expressão de modalidade indicativa da opinião do escritor sobre a probabilidade do conteúdo da oração subsequente, criando uma indefinição e tornando mais difícil o leitor discordar dessa opinião. Essa forma de modificar a força da proposição, de uma polaridade definida para uma área entre o *sim* e o *não*, permite ao escritor imprimir certa sutileza ao que vai ser dito, além de estabelecer constante cumplicidade – chamando gradativamente o leitor para si –, já que o propósito comunicativo neste momento do texto é omitir um grau de certeza que, vindo à tona, poderia modificar toda a estratégia da proposição.

Acrescente-se a isso o fato de o articulista procurar construir junto ao leitor, também desde o início do texto, uma aproximação na interação, por meio da oração *recalques antigos despertam no meu coração de jornalista*, buscando, assim, compartilhar uma solidariedade com a audiência. Trata-se do recurso atitudinal do Afeto, utilizado aqui para convidar o leitor a dividir seus sentimentos com o escritor, envolvendo-o emocionalmente e auxiliando na argumentação que vai sendo construída na rede textual.

Assim é dada a continuidade à progressão textual, terminando o parágrafo de introdução deste artigo da seguinte forma:

Pior ainda, nunca nem me deram a ousadia de me pôr a par da conspiração com que eu, afinal, mesmo quando era o mais humilde dos focas, estaria colaborando. Finjo que não ligo, mas vez por outra isso me dá um certo baque na autoestima, **creio** que vocês compreendem.

Novamente vemos no texto uma Metáfora Gramatical que sinaliza a opinião do escritor por um grau intermediário de probabilidade indicado na expressão *creio*, demonstrando um posicionamento de indefinição, além de um julgamento implícito referente à oração subsequente *vocês compreendem*. A expressão grifada tem, assim como na análise precedente, valor equivalente a “provavelmente”, imprimindo uma solicitação de solidariedade, de cumplicidade por parte do escritor com seu leitor para que juntos possam compreender e continuar compartilhando pontos de vista de modo a prosseguir no discurso.

Até este momento do texto, o autor prepara o terreno para posteriormente apresentar sua tese principal. Ele procura propor uma tese com a qual seu auditório possa previamente concordar, a fim de que sua argumentação ganhe estabilidade. A articulação textual promovida até aqui imprime sutileza e conquista gradativa, sem impacto, formalidade ou canonicidade no discurso. Podemos ver, igualmente, o escritor atuando de forma a falar à emoção do outro, chamando-o para si. Até aqui o autor buscou, seguindo esses procedimentos, agir com vistas à persuasão.

Nos dois parágrafos seguintes, que constituem a etapa de desenvolvimento do texto, o articulista manifesta a Modalidade por um Adjunto de Modo e por operadores Finitos, passando do tempo verbal primário presente ao tempo primário passado e fazendo assim o discurso retornar no tempo através de uma narrativa. Selecionamos o início desses parágrafos, estando cada um deles em uma caixa, conforme segue:

Em relação a subornos, meu recorde **talvez seja** até mais humilhante. Uma vez, quando eu **era** chefe de reportagem de um jornal de Salvador, o promotor de um evento me **mandou** dois litros de King’s Archer (“Arqueiro do Rei”), uísque nacional do qual na época se **dizia desfechar** uma letal flechada no fígado de quem o **encarasse**.

No meu tempo de metido a comunista, **escrevi** para jornais controlados pelo Partidão e nem nesses me **inteiravam** das conspirações.

Na primeira oração, há inicialmente o uso do Adjunto de Modo *talvez*, que modifica o argumento da proposição pela opinião do escritor, indicando baixo grau de certeza ou usualidade ao verbo que o acompanha, *seja*. Esta forma verbal, no presente do subjuntivo do verbo *ser* apresenta a possível situação atual de subornos em que se encontra o articulista (como a mais humilhante). Todas as formas verbais posteriores, incluindo as que se apresentam no segundo exemplo, indicam uma forma de remissão ao início do histórico profissional do escritor através do Finito passado e seus respectivos Predicadores.

Analisando sob uma segunda perspectiva essas estruturas verbais, representadas aqui pelo operador Finito, percebemos que elas nos dizem mais que uma simples remissão ao tempo presente ou passado. Os dois parágrafos acima remetem a eventos relativamente distantes e propiciam a perda do comprometimento no discurso, permitindo aos interlocutores uma atitude menos tensa, mais relaxada, conforme H. Weinrich (1964 *apud* Koch, 2006a, p. 35). Isto faz com que o texto prossiga com leveza e seja dada a continuidade da leitura pelo público-leitor, interessado em conhecer o desfecho da narrativa.

As escolhas linguísticas do parágrafo subsequente, marcam, por outro lado, uma nova etapa da orientação argumentativa, haja vista servir para introdução de finitos no tempo presente.

Agora as suspeitas ou certezas de que **há** conspirações da imprensa em andamento **voltam a circular**. **Creio** que, quando se **sente** em si a encarnação do próprio povo, como **parece estar acontecendo** com o presidente Lula, **deve ser** difícil **suportar** notícias e opiniões discordantes ou mesmo apenas desagradáveis.

No primeiro período há a indicação de que retornam para o tempo presente suspeitas ou certezas de conspirações da imprensa, evidenciadas por meio dos Finitos nesse tempo verbal (*há* e *voltam*). No segundo período, temos o uso da Metáfora Gramatical *Creio* e, como já discutido anteriormente, sabemos tratar-se de uma expressão de probabilidade sobre as orações seguintes. Essa expressão, que indica um julgamento implícito do escritor, se dá em relação à maneira com

que o presidente Lula lida com notícias e opiniões divergentes das suas, atualmente. Dentro desse contexto, o autor introduz no discurso a forma verbal no presente do Indicativo *sente* (a encarnação do próprio povo) e, após, dois Finitos Modais nos grupos verbais: *parece estar acontecendo*, que traz um grau intermediário de probabilidade de a encarnação do próprio povo ser sentida pelo presidente; e *deve ser difícil suportar* que, por sua vez, amplia o grau da probabilidade de ser difícil o presidente suportar notícias ou opiniões discordantes ou desagradáveis, constituindo o uso desses Finitos Modais uma constatação (provável de ser verdadeira) quanto à declaração contida na proposição.

A introdução dos recursos da Modalidade referindo-se ao tempo presente caracteriza o discurso com uma atitude mais tensa, pois o leitor passa a se sentir diretamente afetado e envolvido com o texto. Tal situação passa a exigir deste leitor uma reação, uma resposta. Como no texto escrito a resposta do leitor não tem a mesma função em contribuir para a troca como na fala (Thompson, 1996, p. 67-68), o que o leitor sentir-se-á tencionado a fazer é posicionar-se, formar também uma opinião, assim como o escritor fez e solicitou de seu público. Aqui, podemos afirmar que o escritor construiu algo no campo das ideias, para que o leitor pensasse como ele. Ele buscou falar à razão do outro, vencer junto com o outro. O autor lançou mão do convencimento.

A solicitação de um posicionamento de seu leitor também se confirma logo no parágrafo seguinte, iniciado por uma pergunta, que é reiterada mais adiante.

**Como estará a conspiração agora?**

(...)

**Que estarão arquitetando esses grandes e facinorosos bandidos?**

Para compreendermos melhor a que sentido correspondem estas perguntas, faz-se necessário relembrar algumas considerações já relatadas neste trabalho, por ocasião do item sobre Metafunção Interpessoal: há quatro funções básicas de fala: oferecimento, comando, declaração e pergunta, que desencadeiam respectivamente quatro tipos de respostas desejadas: aceitar um oferecimento ou não, cumprir um comando ou não, reconhecer uma declaração ou não e responder a uma pergunta, em que somente esta última requererá uma resposta estritamente

verbal – ainda que o escritor não tenha exata certeza de qual será esta resposta, ele tem ciência de que “a leitura é uma atividade que solicita intensa participação do leitor” (Koch, 2006b, p. 35). Uma pergunta feita pelo escritor exige, portanto, que seu leitor desempenhe seu papel verbal e se disponha a formular uma resposta, conduzindo-o a uma opinião, a um posicionamento sobre as informações trocadas no texto.

Como forma de induzir seu público-leitor na solução da última pergunta supracitada, o próprio escritor oferece uma possibilidade de resposta, inclusive com suas respectivas justificativas, dando prosseguimento ao ato de convencimento:

Não se sabe, mas **certamente** moverão uma guerra feroz contra os bancos e os banqueiros. Afinal, nenhum setor ganhou ou ganha tanto neste país quanto eles, tudo está a favor deles. E, segundo se diz, eles demonstram sua gratidão através de contribuições generosíssimas para a campanha eleitoral em que está empenhado o governo brasileiro. As grandes empresas também andam faturando alto, o capitalismo está feliz, mais feliz que em seus melhores sonhos. Tal situação **certamente** incomoda a chamada grande imprensa, esse tradicional bastião anticapitalista.

A princípio a resposta à pergunta *Que estarão arquitetando esses grandes e facinorosos bandidos?* não seria respondida – *Não se sabe* –, mas a continuidade do texto nos mostra a força do posicionamento do articulista. Na escala dos graus de probabilidade (possivelmente/provavelmente/certamente), isto é, do quanto provável é de algo ser verdadeiro, *certamente* é o mais alto (Eggins, 2004, p. 173) e é utilizado pelo escritor para dar certeza à declaração de que os grandes e facinorosos bandidos – os conspiradores da imprensa – voltar-se-ão contra os banqueiros, dentre outros motivos, por suas contribuições generosas em campanhas eleitorais do atual governo brasileiro.

Além disso, a situação geral do capitalismo operante nos bancos e nas grandes empresas também *incomoda a chamada grande imprensa*, pois para declarar isso, o articulista escolheu utilizar novamente em seu texto o alto grau de probabilidade *certamente* em: *Tal situação certamente incomoda a chamada grande imprensa, esse tradicional bastião anticapitalista*, propiciando certeza às

ideias promovidas no discurso e contribuindo uma vez mais para o convencimento de seu leitor.

No último parágrafo do artigo, o escritor abstém seu texto de qualquer forma de Modalidade, como pode ser constatado pela leitura dos fragmentos abaixo:

A imprensa **é** de fato um problema.

(...)

A primeira ação das ditaduras, universalmente, **é** a supressão da liberdade de opinião e o cerceamento de sua expressão pela via legítima que **é** a imprensa.

**Subsiste** a realidade de que, desde que o mundo **é** mundo, a divergência **desagrada** aos poderosos, a crítica os **ofende** e qualquer opinião que não **coincide** com as suas **é** uma agressão.

(...)

A imprensa **é** vista como inimiga da nação, praticamente a responsável por tudo o que de errado **acontece** entre nós.

(...)

As voltas que o mundo **dá são** tão prodigiosas que o presidente Lula, já ex-presidente, logo **tornará a gostar** da imprensa.

(...)

A ausência das marcas da Modalidade é intencional, pois como nos alerta Halliday (1994, p. 89), mesmo um alto valor modal é menos determinante que uma forma simples polar, isto é, as formas polares trazem ainda mais certeza ao texto que a Modalidade. Assim, não resta dúvida para o leitor quanto à validade das declarações expressas nas partes finais do texto. Com isso, o autor sinaliza estrategicamente sobre *as voltas que o mundo dá*, referindo-se ao fato de o presidente voltar a gostar da imprensa, apesar das conspirações que ela pratica.

Aliado a isso, observe-se o uso dos Finitos nos tempos presente e futuro do presente do Indicativo fundidos a seus respectivos Predicadores, indicando o comprometimento do escritor e do leitor com o texto, haja vista a situação comunicativa de engajamento e seriedade. Essa situação do discurso afeta diretamente o leitor e exige dele uma reação, uma resposta, um posicionamento,

por fim, quanto à proposição. Trata-se de uma maneira de novamente falar à razão do outro e, portanto, de vencer junto com o outro, de convencer.

Concluindo, podemos dizer que o autor sinaliza, pelo uso da expressão *as voltas que o mundo dá*, não somente para o presidente Lula, mas também para a forma como organizou o artigo, saindo de uma linearidade organizacional padrão que os textos geralmente seguem (com introdução, desenvolvimento e conclusão relativamente triviais), e conduzindo o movimento do discurso do passado ao presente, da probabilidade à certeza, da emoção à razão e, conseqüentemente, da persuasão ao convencimento.

## 5.2 Discussão

A análise dos artigos de opinião dos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* nos permitiu fazer constatações fundamentais no que se refere à importância da linguagem interpessoal para a construção da cadeia argumentativa com fins de convencimento e/ou persuasão.

Após proceder a essa análise e apontar os recursos linguísticos que contribuem para o desencadeamento de significados interpessoais, observamos que nos artigos de opinião há uma preocupação em estabelecer e manter uma relação social compatível com as prováveis expectativas do público-leitor, o que leva o escritor a uma avaliação das possibilidades da atitude de seu público em relação ao que é lido e à conseqüente elaboração de estratégias argumentativas que o conduzam à adesão da tese contida no texto.

Pudemos constatar nos dois jornais utilizados para nossa análise uma importância singular dos recursos linguísticos interpessoais, especialmente os modalizadores, na troca de informação, sendo o sistema gramatical do modo fundamental para a compreensão de grande parte desses recursos e para a formação das opiniões e pensamentos.

Diante disso verificamos, primeiramente, a pertinência da menção de Abreu (2009, p. 25) quanto ao ato de argumentar, a qual nos diz tratar-se de uma arte composta por dois atos singulares: convencer e persuadir. Há artigos em que se verifica a predominância do convencer e em outros, a preponderância do

persuadir. Nesse ponto, destacam-se os resultados interessantes a que chegamos, os quais percorrem um caminho oposto ao esperado pelos estudos desse autor, que sugerem a predominância da persuasão como a medida certa na dose com o trabalho argumentativo.

Dentro da análise dos recursos linguísticos utilizados nos artigos para a busca do convencimento do público-leitor, observamos o uso da Metáfora Gramatical Interpessoal (com expressões de modalidade), dos Finitos Modais, dos Adjuntos de Modo e da desconstrução da estrutura do Modo oracional (na relação do Sujeito com o Finito).

Nesse contexto, a Metáfora Gramatical Interpessoal destaca-se pela expressão da opinião de maneira indefinida, permitindo ao escritor não deixar clara sua real opinião em momentos propícios no texto em que isso poderia comprometer sua estratégia de convencimento. Os Finitos Modais, similarmente, permitem modificar a força da proposição de uma polaridade definida para uma área “cinza”, entre o *sim* e o *não*, imprimindo grande sutileza na expressão do julgamento implícito de certeza e permitindo ao escritor direcionar o discurso e sinalizar sua opinião de forma indireta. A desestruturação do Modo, por sua vez, torna as orações do texto não finitas e sem uma conseqüente ligação com um Sujeito, encerrando a possibilidade de discussão e desta forma reforçando o argumento do autor que não poderá ser debatido.

Tais recursos da Metafunção Interpessoal possuem forte caráter argumentativo na busca do convencimento, à medida que colaboram para o gerenciamento da informação expressa no texto e atuam no campo das ideias do leitor, na tentativa de fazê-lo pensar como o autor do artigo. Conforme a Figura 5, a seguir, o ato de convencer foi expressivamente mais utilizado se comparado ao ato de persuadir. Isso leva a constatar o forte peso da estratégia da fala à razão do outro nos artigos de opinião, além de demonstrar a tentativa de compatibilidade dos textos dos articulistas com o que se espera do uso da linguagem em alguns gêneros jornalísticos, como a notícia, no que se refere ao afastamento de uma linguagem mais subjetiva ou emotiva.

<b>Ordem dos textos</b>	<b>Artigo</b>	<b>Jornal</b>	<b>Autor</b>	<b>Semântica da argumentação</b>
1	O grande pleito cívico	O Globo	João Ubaldo Ribeiro	Razão (convencimento)
2	Arrebentou	Folha de São Paulo	Fernando de Barros e Silva	Razão (convencimento)
3	Teste nuclear	Folha de São Paulo	Eliane Cantanhêde	Emoção (persuasão)
4	Zecamunista fecha com Dilma!	O Globo	João Ubaldo Ribeiro	Razão (convencimento)
5	Impactos	O Globo	Luís Fernando Veríssimo	Emoção (persuasão)
6	Poleiros da Morte	Folha de São Paulo	Ruy Castro	Razão e emoção (convencimento e persuasão)
7	Nós, obsoletos	O Globo	Luís Fernando Veríssimo	Razão (convencimento)
8	O bico	Folha de São Paulo	Eliane Cantanhêde	Razão (convencimento)
9	A conspiração da imprensa	O Globo	João Ubaldo Ribeiro	Razão e emoção (convencimento e persuasão)

Figura 5: Resultados da pesquisa

Por outro lado, no tocante aos significados interpessoais expressos por recursos linguísticos relacionados à busca da persuasão, verificamos o uso do campo atitudinal valorativo da *Apreciação* e da *Metáfora Gramatical Interpessoal* na sua relação com o modo oracional.

No que se refere à *Apreciação*, percebemos sua contribuição na expressão da preocupação estética quanto à aparência, impacto e desempenho dos objetos avaliados, construindo uma predisposição à solidariedade com o leitor, a fim de atraí-lo pelo compartilhamento de pontos de vista no ato persuasivo. Já o modo oracional, trabalhado na *Metáfora Gramatical Interpessoal*, permitiu a expressão da opinião de maneira indefinida ao trocar um tipo de expressão pelo outro, como foi o exemplo do uso do modo interrogativo ao invés do imperativo no artigo *Teste Nuclear*. Através dessas escolhas lexicogramaticais, aparentemente mais

“suaves”, o autor, habilmente, reforça a sua argumentação, abrindo pouco espaço para o leitor discordar.

Por outro lado, esses recursos linguísticos contribuíram para a construção da argumentação de modo a gerenciar positivamente a relação com o leitor, além de atuar no campo de suas emoções. Entretanto, constatamos que a persuasão teve um peso menor nos artigos de opinião, demonstrando uma tendência pouco significativa da fala à emoção dos leitores neste gênero textual, o que seria esperado, sendo este um gênero pertencente ao discurso jornalístico, que supostamente requereria uma argumentação em linguagem mais objetiva, para poder estar em consonância com o discurso que domina os demais setores do jornal.

Paralelamente, encontramos ainda em alguns artigos traços linguísticos interpessoais que conferiram um peso equivalente a convencer e persuadir. Foi o caso do campo semântico valorativo do Julgamento, em que o autor trabalhou o seu posicionamento ético em relação a comportamentos humanos ao tratar de questões em seu aspecto humano e social (como o artigo *Poleiros da Morte*), sensibilizando o leitor no plano emocional ou persuasivo; embora, por outro lado, procurasse também buscar um encadeamento bastante coerente de ideias no texto, construindo um posicionamento pela fala à razão do leitor na busca pelo convencimento. Além disso, o artigo *A conspiração da imprensa*, na sua demonstração abrangente dos diversos recursos linguísticos interpessoais, acabou por incluir igualmente os dois atos da arte de argumentar, pelo movimento retórico da emoção à razão e conseqüentemente do persuadir ao convencer.

Esse movimento que vai de um tipo de argumentação a outro, constatado em dois dos artigos analisados, dos autores Ruy Castro (Folha de São Paulo) e João Ubaldo Ribeiro (O Globo), nos mostra a existência de ondas retóricas que variam na tentativa de intensificar a certeza, geralmente dirigindo o argumento de um momento incerto para um momento certo do texto, da dúvida para a certeza presente no discurso, e, portanto, da persuasão ao convencimento. Há ainda uma movimentação da expressão da opinião de maneira indefinida, talvez para evitar um confronto direto com elites diversas do nosso país ou com o próprio leitor, para um posicionamento mais concreto, direto e objetivo da opinião desses dois autores em ambos os veículos jornalísticos. Esse fato, ao mesmo tempo que explica como o autor tece a cadeia argumentativa de modo a construí-la e

reconstruí-la, mediante as escolhas linguísticas interpessoais que faz, também demonstra a independência profissional adquirida por alguns desses escritores, não só por sua experiência jornalística como também pelos bons resultados junto à audiência nacional que atingem.

Dentre os recursos linguísticos interpessoais utilizados pelos autores, alguns foram encontrados com facilidade, outros apareceram poucas vezes e determinados traços sequer foram encontrados. Tivemos dificuldade de encontrar, por exemplo, casos da desestruturação do Modo, que desfaz a relação Sujeito-Finito, nos dois veículos de informação, principalmente no jornal *Folha de São Paulo*. Neste mesmo jornal, a Metáfora Gramatical Interpessoal não chegou a ser encontrada, quando referida a expressões de modalidade, apesar de nossa procura em dezenas de exemplares, o que não ocorreu no jornal *O Globo*, onde este recurso linguístico aparece com bastante frequência.

Entendemos que no caso da desestruturação do Modo, essa baixa ocorrência se deve ao gênero utilizado como *corpus*, em que a função principal é a expressão da opinião do autor, ainda que implicitamente, tornando desnecessário utilizar determinadas estratégias, tais como: responsabilizar outras vozes por seu ponto de vista ou utilizar orações não finitas ou sem Sujeitos determinados. No tocante à ausência da Metáfora Gramatical Interpessoal, em se tratando de expressões de modalidade, acreditamos dever-se ao estilo do jornal *Folha de São Paulo*, onde os articulistas optam por outras formas de expor a opinião indiretamente, como foi o caso da utilização da Metáfora por meio do modo oracional, no artigo *Teste nuclear*, de Eliane Cantanhêde.

Há que se elencar ainda o fato de não terem sido encontrados Adjuntos de Comentário, o que acreditamos ter ocorrido também devido ao gênero jornalístico de opinião, em que os articulistas dão preferência a fornecer uma informação circunstancial sobre o evento em pequenos trechos de informações, em vez de comentar a oração como um todo, o que se constatou em exemplares dos dois jornais analisados, provavelmente, então, uma característica do discurso jornalístico que prevalece no artigo de opinião.

As variações na frequência de certos traços linguísticos interpessoais parecem sugerir uma distinção entre esses jornais, no tocante à liberdade de seus profissionais. Por esse prisma, os autores de *Folha de São Paulo* aparentam estar relativamente limitados a essa liberdade, apresentando uma linguagem mais

sistemática e padronizada. Os autores do jornal *O Globo*, por outro lado, revelam maior liberdade em seus artigos, utilizando frequentemente o humor, a fuga aos padrões pré-estabelecidos das estruturas composicionais jornalísticas em geral e a despreocupação em seguir temas recorrentes transmitidos e explorados por toda a mídia.

A linguagem mais padronizada nos exemplares de *Folha de São Paulo* não constitui de forma alguma impedimento para que seja o maior jornal do país em circulação paga, inclusive porque possui como público-alvo os leitores da mais populosa cidade brasileira, a qual tem seu nome impresso no próprio título do jornal.

Um último ponto a tocar neste momento da pesquisa refere-se às questões éticas envolvidas no trabalho dos articulistas quando da elaboração de suas obras. O discurso jornalístico exige do escritor um julgamento de sua postura ética e profissional para a expressão de sua opinião, não podendo faltar em suas palavras o bom senso requerido para o exercício da profissão e indispensável para a continuidade de seu trabalho. Acreditamos que esse foi o norte que conduziu os textos analisados, preponderando em momentos específicos e cruciais para a expressão do posicionamento dos escritores, marcando os artigos de opinião de verdadeiras áreas “cinzas”. Essas deixam entrever a preocupação dos articulistas com os julgamentos que fazem dos eventos ou objetos enfocados, bem como a preocupação com o discurso institucionalizado que não permitiria, no contexto jornalístico, a construção de uma argumentação totalmente baseada no *sim* ou no *não*. Dessa forma, conclui-se que os artigos de opinião aqui analisados estão revestidos não apenas do excelente trabalho linguístico realizado por esses profissionais, como também pelo cuidado ético e necessário para o exercício da atividade jornalística.